

**NOTA TÉCNICA Nº 042/2023****Audiência Pública – Requerimento de Comissão nº 909/2023**

Tema: Discutir a situação das professoras e professores aposentados, os planos de carreira, a tabela salarial, a legislação de respeito à paridade e a retirada de níveis da carreira.

Comissão: Comissão de Administração Pública

Autoria do requerimento: Ver.(a) Loíde Gonçalves

Data, horário e local: 7/6/2023, às 13h e 30min, no Plenário Camil Caram.

Considerações Técnicas

A Lei nº 11.132/18 aumentou a quantidade de níveis da carreira dos professores municipais de 24 para 26 níveis, mantendo os níveis de professor para a educação infantil em 22 e os demais cargos efetivos na área da educação em 15 níveis. Já a Lei nº 11.159/19, que promovia reajustes para o ano de 2019, não promoveu mudanças nas quantidades de níveis. Enquanto a Lei nº 11.224/20, que trazia reajustes para 2020, extinguiu os dois primeiros níveis nas carreiras de professor, tornando o piso e ingresso na carreira iniciando-se no nível 3, além de conceder progressão automática a todos os professores para a educação infantil para assemelhar seus vencimentos aos dos professores municipais:

Art. 1º ...

§ 2º - Os níveis 1 e 2 relativos aos cargos efetivos de Professor Municipal e Professor para a Educação Infantil, constantes da tabela de vencimentos-base do plano de carreira da área de atividades de Educação, instituído pela lei nº 7.235/96, serão extintos, sendo os servidores ativos, aposentados e pensionistas que se encontram nos respectivos níveis posicionados no nível 3, a partir de 1º de janeiro de 2020.

...



Art. 40 - A partir de 1º de abril de 2020, serão concedidos ao servidor ocupante do cargo público efetivo de Professor para a Educação Infantil, posicionado nos termos do art. 40 da Lei nº 11.132/18, 2 (dois) níveis na tabela de vencimentos-base, constante do Anexo IV da Lei nº 7.235/96. (Lei nº 11.224/20)

Em 2021, a PBH não concedeu reajustes, mas em 2022, a Lei nº 11.381/22, que trouxe reajustes remuneratórios aos servidores da área da educação, também promoveu outra reforma na carreira. Desta vez, foram extintos os níveis de três a sete da tabela de vencimentos, levando todos os servidores da ativa e inativa para o nível 8. Ou seja, este passou a ser o piso da carreira:

Art. 1º - A partir de 1º de janeiro de 2022, os níveis 3 (três) a 7 (sete) da tabela de vencimentos-base dos cargos efetivos de Professor Municipal e de Professor para a Educação Infantil, integrantes do plano de carreira da área de atividades de Educação, instituído pela Lei nº 7.235, de 27 de dezembro de 1996, serão extintos, conforme o Anexo I desta lei, sendo os servidores ativos, aposentados e pensionistas que se encontram nos respectivos níveis posicionados no nível 8 (oito). (Lei nº 11.381/22)

A lei estabeleceu, ainda, uma regra de progressividade para equiparar os cargos de professor para a educação infantil e professor municipal, mas aplicável apenas para novos ingressantes:

Art. 2º - A partir do primeiro dia do mês subsequente à data de publicação desta lei, o ingresso nos cargos de Professor para a Educação Infantil e de Professor Municipal ocorrerá com o seguinte posicionamento, respectivamente:

I - níveis 10 (dez) e 12 (doze) da tabela de vencimentos-base, entre o primeiro dia do mês subsequente à data de publicação desta lei até o dia 30 de novembro de 2022;

II - níveis 11 (onze) e 12 (doze) da tabela de vencimentos-base, a partir de 1º de dezembro de 2022 até 31 de março de 2023.



Art. 3º - A partir de 1º de abril de 2023, o § 14 do art. 5º da Lei nº 7.235/96 passa a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 5º - [...]

§ 14 - O ingresso nos cargos de Professor para a Educação Infantil e de Professor Municipal ocorrerá no nível 12 (doze) da tabela de vencimentos-base’. (Lei nº 11.381/22)

Esta lei trouxe também regra especial de progressão para os professores de educação infantil, aproximando as remunerações entre os dois diferentes cargos de professores, conforme estabelecido nos artigos 4º ao 9º. Dentre as diversas regras especiais de progressão, destacam-se aquelas que já progridem o servidor automaticamente no seu ingresso, além de outras que consideram titulação como requisito.

O ingresso de novos servidores em níveis superiores ao piso fez com que se iniciasse um descompasso entre inativos e os demais servidores da ativa, pois o avanço na carreira se deu apenas para novos ingressantes, mantendo os inativos estacionados. Esse efeito estacionário ficou ainda mais evidenciado com a recriação de novos níveis ao final da carreira, uma vez que inativos não podem avançar em novos níveis:

Art. 4º ...

Parágrafo único - A tabela de vencimentos-base dos cargos de Professor Municipal e Professor para a Educação Infantil passa a vigorar acrescida dos níveis 27 (vinte e sete) e 28 (vinte e oito), e 25 (vinte e cinco) e 26 (vinte e seis), respectivamente, conforme o Anexo II desta lei.

Art. 5º...

Parágrafo único - A tabela de vencimentos-base do cargo de Professor para a Educação Infantil passa a vigorar acrescida do nível 27 (vinte e sete), conforme o Anexo V desta lei.

Art. 6º ...

Parágrafo único - A tabela de vencimentos-base do cargo de Professor para a Educação Infantil passa a vigorar acrescida do nível 28 (vinte e oito), conforme o Anexo VI desta lei. (Lei nº 11.381/22)



Dinâmica semelhante ao que ocorreu com os professores da ativa e inativos processou-se para os cargos de pedagogo, técnico superior de educação, bibliotecário escolar, assistente administrativo escolar e auxiliar de escola, conforme os demais dispositivos desta mesma lei.

Os representantes do Sind-REDE/BH: Sandra Coelho, Wanderson Rocha, Mônica Souza, Rosilene Barros e Terezinha Rocha, representando, se reuniram com o Secretário de Planejamento André Reis e o Subsecretário de Gestão Previdenciária Gleison Pereira, que representavam a PBH, em 12 de março de 2023 para tratar das questões relacionadas aos efeitos desta lei. Na ocasião as partes expuseram interpretações opostas sobre o direito de paridade dos aposentados.

Considerações Finais

Tramita nesta casa legislativa, em fase de apreciação pela Comissão de Administração Pública, o Projeto de Lei – 589/2023, que propõe impactos significativos na área da educação. No referido PL, o art. 13 assegura o pagamento do piso salarial nacional proporcional no valor de R\$ 2.486,45 (dois mil, quatrocentos e oitenta e seis reais e quarenta e cinco centavos), a partir de 1º de janeiro de 2023. Já o art. 29 acresce dispositivo à Lei nº 7.235/1996 tratando de majoração do salário por escolaridade adicional ao Professor Municipal regido pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Legislação pertinente

Legislação Federal:

- **Constituição Federal:** art. 37, X, XI, XII, XIII, XIV, XV e XVI; art. 40; art. 201; art. 212-A;
- **Emenda Constitucional nº 41/2003**
- **Emenda Constitucional 47/2005**
- **Emenda Constitucional nº 103/2019**
- **LEI Nº 10.887, DE 18 DE JUNHO DE 2004**, que “Dispõe sobre a aplicação de disposições da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, altera dispositivos das Leis nºs 9.717, de 27 de novembro de 1998, 8.213, de 24 de julho de 1991, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e dá outras providências.”.
- **LEI Nº 11.738, DE 16 DE JULHO DE 2008**, que “Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.”;

Legislação Municipal:



- **Lei Orgânica:** art. 49; art. 50; art. 57; art. 62; art. 63; art. 64; art. 65; art. 219;
- **LEI Nº 6.560, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1994**, que “Aumenta o adicional de regência de classe de Professor Municipal I (PI) com habilitação de nível médio e dá outras providências.”;
- **LEI Nº 7.169, DE 30 DE AGOSTO DE 1996**, que “Institui o Estatuto dos Servidores Públicos do Quadro Geral de Pessoal do Município de Belo Horizonte vinculados à administração direta, (VETADO) e dá outras providências.”;
- **LEI Nº 7.235, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1996**, que “Dispõe sobre o Quadro Especial da Secretaria Municipal de Educação, institui o Plano de Carreira dos Servidores da Educação da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, estabelece a respectiva tabela de vencimentos e dá outras providências.”;
- **LEI Nº 7.577, DE 21 DE SETEMBRO DE 1998**, que “Concede benefícios a servidores, define a jornada de trabalho dos servidores da Educação e dá outras providências.”;
- **LEI Nº 8.635, DE 26 DE AGOSTO DE 2003**, que “Concede aumento de remuneração e dá outras providências.”;
- **LEI Nº 10.362, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2011**, que “Reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Belo Horizonte - RPPS - e dá outras providências.”;
- **LEI Nº 11.090, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017**, que “Concede reajustes a aposentados e pensionistas sem direito à paridade remuneratória, vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Belo Horizonte.”;
- **LEI Nº 11.132, DE 18 DE SETEMBRO DE 2018**, que “Estabelece a autonomia das Unidades Municipais de Educação Infantil - Umeis, transformando-as em Escolas Municipais de Educação Infantil - Emeis, cria o cargo comissionado de Diretor de Emei, as funções públicas comissionadas de Vice-Diretor de Emei e de Coordenador Pedagógico Geral, o cargo comissionado de Secretário Escolar, os cargos públicos de Bibliotecário Escolar e de Assistente Administrativo Educacional e dá outras providências.”;
- **LEI Nº 11.143, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2018**, que “Institui o Regime de Previdência Complementar para os servidores titulares de cargo efetivo no âmbito da administração direta dos poderes Executivo e Legislativo do Município e de suas autarquias e fundações e fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões de que trata o art. 40 da Constituição Federal de 1988.”;
- **LEI Nº 11.144, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2018**, que “Altera a Lei nº 10.362/11, uniformiza as regras de incorporação e reajuste de vantagens relativas às aposentadorias e pensões pagas pelo Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Belo Horizonte e dá outras providências.”: art. 56;
- **LEI Nº 11.159, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019**, que “Concede reajustes remuneratórios aos servidores da carreira de Educação do Poder Executivo.”;
- **LEI Nº 11.224, DE 19 DE MARÇO DE 2020**, que “Concede reajustes remuneratórios aos servidores e empregados públicos da administração direta e indireta do Poder Executivo e dá outras providências.”;
- **LEI Nº 11.255, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020**, que “Dispõe sobre a tabela de vencimentos-base da carreira da Educação e altera as leis nºs 7.235/96, 9.450/07, 10.202/11, 11.217/20 e 11.224/20.”;
- **LEI Nº 11.381, DE 22 DE JULHO DE 2022**, que “Concede reajustes remuneratórios aos servidores da área de atividades de Educação da administração direta do Poder Executivo e dá outras providências.”;
- **LEI Nº 11.435, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2022**, que “Autoriza a utilização do saldo do Fundeb para concessão de abono aos servidores ativos ocupantes de cargos de provimento efetivo da carreira da Educação.”

Belo Horizonte, 29 de maio de 2023.

Pedro Schettini Cunha

Administrador